

JE

Jornal dos Economistas

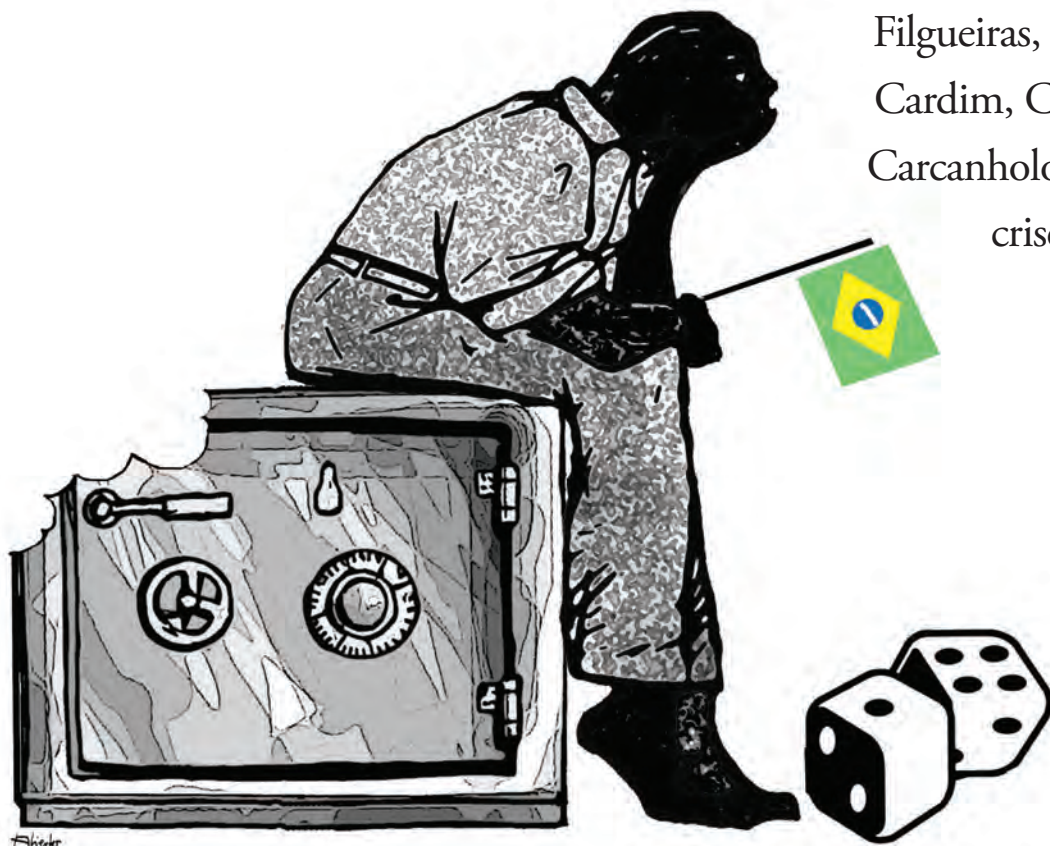
Nº 315 Outubro de 2015

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ



Como sair da crise?

Marcio Pochmann, Luiz Fernando de Paula, Carlos Aguiar de Medeiros, Luiz Filgueiras, Marcelo Paixão, Fernando Cardim, Claudio Dedecca e Marcelo Carcanholo fazem um diagnóstico da crise e apresentam alternativas



Como sair da crise?

Os grandes veículos de comunicação fazem ampla cobertura da crise econômica brasileira, mas omitem qualquer proposta alternativa ao ajuste ortodoxo de Levy-Tombini. O objetivo desta edição é enriquecer o debate.

Marcio Pochmann, da Unicamp, ressalta que a crise constitui excelente oportunidade para a alteração em três diretrizes das políticas governamentais. No caso da estabilização da economia, propõe que a meta de inflação passe a ser de 24 meses e baseada no núcleo do IPCA.

Luiz Fernando de Paula, da Uerj, defende que no curto prazo é necessário atingir o superávit primário por meio do aumento de impostos, seja a CPME, um imposto sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas e jurídicas ou o IR para pessoas físicas e sobre heranças.

Carlos Aguiar de Medeiros, do IE/UFRJ, aponta como estratégia de desenvolvimento inclusivo a expansão do investimento público em infraestrutura e em serviços públicos adequados de educação, saúde, habitação e transporte.

Luiz Filgueiras, da UFBA, propõe o controle do fluxo de capitais estrangeiros, a redução da taxa de juros, o abandono da meta de superávit fiscal primário, a elevação da taxa sobre as operações financeiras, o aumento do imposto sobre herança, a regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas, a criação de mais alíquotas do IR, a retomada do controle sobre os bancos públicos, o resgate do papel estratégico da Petrobras, a reforma tributária e a auditoria da dívida pública.

Marcelo Paixão, da Universidade do Texas, rememora o momento da leitura da *Carta ao Povo Brasileiro*, presenciado por ele em 2002, para fazer uma retrospectiva da história recente da economia brasileira, que embasa a sua conclusão de que vivemos mais uma década perdida.

Fernando Cardim, da UFRJ e Bard College, traça um quadro bastante negativo da situação brasileira e aponta erros políticos e na condução da política econômica por parte de Dilma, mas conclui que o país, assim como em outras crises, sobreviverá.

Claudio Dedecca, da Unicamp, acredita que a superação da crise parece depender da melhora do cenário externo. Neste meio tempo, ressalta, as forças políticas precisam estabelecer um novo pacto de natureza democrática.

Marcelo Dias Carcanholo, da UFF, questiona porque o aumento das despesas financeiras (basicamente o pagamento do serviço da dívida pública) não entra na discussão sobre o ajuste fiscal. Ele conclui que a única explicação para tal fato reside nos compromissos políticos e de classe assumidos pelo atual governo.

Na página 16, prestamos nossa homenagem a João Paulo de Almeida Magalhães, um dos maiores economistas brasileiros.

Sumário

Como sair da crise?	3
<i>Marcio Pochmann</i>	
Oportunidade oferecida pela crise	
Como sair da crise?	4
<i>Luiz Fernando de Paula</i>	
Crise econômica: daqui para onde?	
Como sair da crise?	6
<i>Carlos Aguiar de Medeiros</i>	
A economia brasileira e a sustentabilidade de uma estratégia de desenvolvimento inclusivo	
Como sair da crise?	8
<i>Luiz Filgueiras</i>	
Ajuste Fiscal: Política Permanente do Capital Financeiro	
Como sair da crise?	10
<i>Marcelo Paixão</i>	
Economia brasileira: cansei de ilusões	
Como sair da crise?	12
<i>Fernando J. Cardim de Carvalho</i>	
Um Nó Monumental	
Como sair da crise?	14
<i>Claudio Salvadori Dedecca</i>	
Somos cigarras e pouco formigas	
Como sair da crise?	15
<i>Marcelo Dias Carcanholo</i>	
Há alternativas para a crise econômica brasileira?	
Obitório	16
<i>João Paulo de Almeida Magalhães</i>	
Eleições 2015	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixaivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo – 3º TERÇO: (2013-2015) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º TERÇO: (2013-2015) Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

Oportunidade oferecida pela crise

Marcio Pochmann*

A crise constitui excelente oportunidade para a alteração de trajetórias progressas. Nesse sentido, o atendimento das seguintes diretrizes gerais de orientação do conjunto das políticas governamentais constituiria – para além da saída da crise atual – um novo rumo para a construção de um país justo e democrático.

A primeira diretriz encontra-se comprometida com a estabilização da economia brasileira, que deve ser alcançada por meio da convergência sistêmica das políticas cambial, monetária e fiscal. Para isso, a meta de inflação deveria passar a ser de 24 meses, deixando de estar estritamente vinculada ao período referente a 12 meses (ano-calendário). Também a medida de inflação que constitui a meta a ser perseguida deveria deixar de ser o índice oficial IPCA (cheio) para a adoção do núcleo do IPCA, que exclua aqueles preços de bens e serviços que se encontram fora do controle das autoridades monetárias.

No caso do regime cambial, a correção da relação do real com outras moedas deveria ser acompanhada de medidas de regulação prudencial no mercado de derivativos de câmbio e tributação para conter a sua volatilidade. Nesse sentido, a ação sobre modalidades de *swaps cambiais* e tributação.

Para a meta fiscal, adota-se uma banda com limites inferior e superior a partir da definição do seu centro a ser perseguido. Ao mesmo tempo, a medida “cheia” do resultado primário passa excluir os investimentos em infraestrutura e em atividades rentáveis previstas no

PPI e variações de receitas originárias derivadas de flutuações no nível de atividade econômica e preços internacionais, como o petróleo.

A segunda diretriz, o planejamento governamental, deveria contemplar o movimento maior da transição ecológica nos processos produtivo e distributivo existentes no País. Para isso, deve ser feita a redefinição das bases do financiamento do conjunto dos investimentos que busque a valorização do ambiente de negócios assentados na economia de baixo carbono.

Esta determinação deve contar com a reorientação tanto do sistema tributário e de incentivos governamentais como a constituição de orçamento público que trate de assegurar a passagem para atividades de produção e consumo ecologicamente sustentáveis. A política de desenvolvimento produtivo deve definir metas que devem assegurar este compromisso governamental.

A constituição do orçamento de capital, imune aos cortes orçamentários no governo federal, seguirá o estabelecimento de uma coordenação que o conjunto dos investimentos em torno da infraestrutura econômica e social sejam de fato implementados. Dessa forma, a redução no custo de vida da população, especialmente nos grandes centros urbanos, bem como nas atividades de produção e distribuição tornarão o sistema econômico mais competitivo. Isso porque os investimentos em infraestrutura promovem a eficiência e custos menores de produção e distribuição no transporte fluvial e terrestre, melhoram o bem-estar da população frente à habitação, saneamento, saúde e educação.

A terceira diretriz reverte-se na recomposição da capacidade de gasto do Estado, que deveria ocorrer por meio da progressividade do sistema tributário, objetivando simultaneamente reduzir o peso relativo dos impostos indiretos e elevar os diretos (propriedade e grandes fortunas). Ademais, proceder-se-ia a necessária revisão do sistema de isenções e subsídios adotados pelo governo federal.

Neste sentido, toda a população em idade ativa e com rendimento deveria passar a declarar para a Receita Federal sua renda como medida de contribuição ao sistema de garantia de renda adotado pelo governo federal. Ao mesmo tempo, o não pagamento de impostos, taxas e contribuições de natureza fiscal passaria a ser identificado como crime, assim como a malversação do dinheiro público.

As despesas públicas deveriam estar submetidas ao novo sistema de monitoramento, buscando elevar sua eficácia distributiva e garantir uma segunda geração de ações de enfrentamento da desigualdade no Brasil.

A simplificação e transparência da gestão pública implicam elevar eficiência e reduzir custos com o funcionamento do setor público, sobretudo, aqueles vinculados às atividades meio. A passagem para o governo digital e de gestão matricial implicará a coordenação e monitoramento de todo o gasto público.

* É professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.



Crise econômica: daqui para onde?

Luiz Fernando de Paula*

Indubitavelmente o Brasil está passando atualmente por uma das mais profundas crises econômicas de sua história. A crise econômica – manifestada pela combinação de forte recessão, inflação elevada (estimativa de 9,5% a.a. em 2015), elevada dívida pública bruta e alto déficit público (respectivamente, 64,6% e 8,1% do PIB), taxa de desemprego ascendente, acentuada desvalorização cambial (dólar de mais de R\$ 4,00 ao final de setembro) – agrava-se em função dos efeitos da crise política atual, em um cenário muito próximo a uma verdadeira “tempestade perfeita”. Como pode ser visto no Gráfico 1, todos os principais componentes de gasto declinaram acentuadamente a partir de 2014, sendo que em particular a contribuição da formação bruta de capital fixo tem sido negativa, movimento este que vem se aprofundando em 2015, com exceção do desempenho das exportações, favorecidas pela desvalorização cambial.

A crise econômica tem raízes estruturais e conjunturais. Entre os fatores estruturais, um dos mais relevantes é a redução do peso relativo da indústria manufatureira no PIB e na pauta de exportações brasileiras, dando origem a um processo de desindustrialização, com impacto negativo sobre a estrutura produtiva brasileira, ocasionando um processo de regressão produtiva (com atrofia do setor manufatureiro) e reprimarização da pauta de exportações (perda de participação relativa das exportações

manufatureiras no valor total das exportações). A desaceleração do setor industrial, um setor com forte poder de encadeamento para trás e para frente na economia, bem como portador de progresso técnico (portanto, mais capital intensivo), acabou por contribuir para uma queda na taxa de investimento da economia.

De fato, os estímulos dados à demanda nos últimos anos vazaram para o exterior, não beneficiando a indústria doméstica, uma vez que essas não tiveram “acesso” a essa maior demanda em função da forte apreciação da taxa de câmbio que ocorreu gradualmente desde 2003. Como pode ser visto no Gráfico 2, as vendas no varejo cresceram continuamente de 2004 até 2013, quando vieram a estagnar, sendo que ao longo de 2015 observa-se uma desaceleração nas vendas no mercado doméstico. Já a produção manufatureira, em função dos estímulos do crescimento do mercado interno, cresceu até antes do contágio da falência de Lehman Brothers, recuperou logo a seguir em 2009 (em função da política anticíclica então adotada), mas estagnou a partir de 2010, vindo mesmo a desacelerar a partir de meados de 2013. Esta “boca de jacaré” foi preenchida com aumento de importações de manufaturas diversas.

Ademais, contribuiu para o baixo crescimento da economia um certo esgotamento do ciclo de expansão de consumo das famílias, devido ao aumento no endividamento das famílias em relação à renda acumulada dos últimos doze meses – de 32,6%

em janeiro de 2009 para 46,0% em final de 2014; à redução na taxa de crescimento da oferta de crédito bancário (de mais de 20% até julho de 2011 para menos de 17% a partir de setembro de 2012¹), em parte em função dos efeitos defasados das medidas macroprudenciais adotadas no 1º semestre de 2011; e, posteriormente, como resultado dos efeitos da elevação da taxa de juros a partir de meados de 2013 sobre a demanda por crédito.

Neste contexto, não é de se estranhar, conforme dados de um estudo do CEMEC (*Fatores da queda do investimento em 2010-2014*), que a taxa de retorno das empresas com capital aberto caiu de 16,0% em 2008 para 7,2% em 2014, o que evidencia as dificuldades que o setor produtivo teve no Brasil no período recente, caracterizando um processo de “esmagamento dos lucros”, em especial das empresas industriais.

Quanto aos fatores conjunturais mais recentes, cabe destacar, além da piora recente no cenário internacional (forte queda no preço das commodities), o fracasso da implementação da política chamada de “nova matriz econômica”, em função da má coordenação da política macroeconômica. Este fracasso ficou evidente na condução da política fiscal anticíclica, privilegiando desonerações fiscais – consumo de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos – e desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra, permitindo a mudança na cobrança da contribuição previdenciária de 20% sobre o salário por taxas de



1% ou 2% sobre os lucros das firmas, ao invés de gastos públicos (em particular, investimentos públicos de maior efeito multiplicador de renda). Ademais, tal política foi muito mal comunicada, já que o governo usou toda sorte de artifícios – a chamada “contabilidade criativa” – para cumprir suas metas fiscais.

Os efeitos expansionistas de tal política foram muito limitados, já que consumidores não aumentaram seu consumo, uma vez que já haviam trocado carro e geladeira em 2009; e as firmas industriais recompuseram suas margens de lucro – fortemente deterioradas com a sobrevalorização da taxa de câmbio e pela incapacidade de absorver via expansão de vendas os aumentos de salários – mas não aumentaram a produção. O resultado final foi que a economia não cresceu e o governo abriu mão de receitas tributárias, levando a uma forte deterioração fiscal. Acrescente-se que a credibilidade da autoridade econômica ficou fortemente

comprometida, com o mercado impondo ao governo um ajuste econômico draconiano.

Em uma economia aberta e integrada financeiramente, como a brasileira, e ainda constrangida pelas restrições impostas pelo fato de ser emissora de moeda periférica (com baixa aceitação internacional), são fortes as pressões do sistema financeiro e dos investidores externos para o governo manter a casa arrumada e fazer o “dever de casa”, não importa se a economia está ou não em desaceleração.

A estratégia mais imediata do governo, portanto, tem sido evitar a perda do grau de investimento do país. Mas isto certamente é pouco para dar sustentação ao crescimento. Subjacente está a tese da “contração fiscal expansionista”. Argumenta-se que a realização de um ajuste fiscal sustentado aumenta a confiança dos agentes (consumidores e firmas), estimulando-os a aumentar seus gastos. O suporte empírico para esta tese é fraco. Em particular há problema de omissão de variável relevante: política fiscal e comportamento do PIB podem ser influenciados por uma terceira variável que pode afetar o PIB, como elevação nos preços de commodities, desvalorizações cambiais, relaxamento da política monetária, etc. Quando esses efeitos são controlados, não há suporte de que a contração fiscal é expansionista.

Em artigo recente que escrevi com José Luis Oreiro e Nelson Marconi, defendemos que nas circunstâncias atuais é necessário ser feito um processo gradual de consolidação fiscal, que reverta a trajetória de crescimento da dívida pública quando a economia retomar o processo de crescimento, e, ao mesmo tempo, preserve

os gastos sociais. Para tanto, no curto prazo é necessário reverter a situação de déficit em superávit primário através do aumento de imposto – não descartamos a implementação provisória e gradualista da CPMF, em que pesem suas conhecidas distorções.

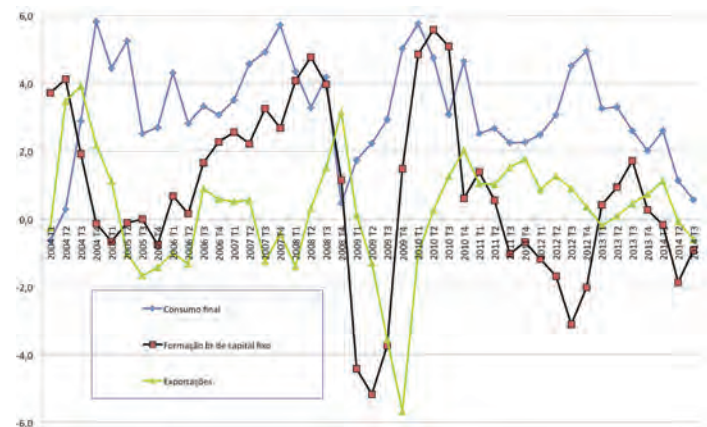
Uma questão fundamental da consolidação fiscal é quem deve pagar a conta do ajuste. Neste sentido, entendemos que a conta de ajuste deve ir para o “andar de cima”, ou seja, para o segmento de renda/riqueza mais elevada da população. Segundo análise recente de economistas do IPEA (Gobetti e Orair), a aprovação de um imposto sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas e jurídicas permitiria arrecadar mais de R\$ 43 bilhões, valor bem superior aos R\$ 32 bilhões que o governo pretende arrecadar com a CPMF. Outras medidas fiscais poderiam ser implementadas, como o aumento da alíquota do imposto de renda para pessoa física e sobre herança. A regressividade da estrutura tributária brasileira encontra pouco paralelo em países desenvolvidos.

Uma vez perguntaram ao escritor Saramago porque ele era tão pessimista. Ele respondeu que não era pessimista, mas que o mundo é que estava se tornando péssimo. No atual quadro da crise econômica e política brasileira, é inescapável pensar que talvez nas terras tupiniquins o mundo esteja mesmo se tornando péssimo. Resta o habitual otimismo do povo brasileiro para que, quem sabe, possamos encontrar uma luz no fim do túnel.

* É professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj.

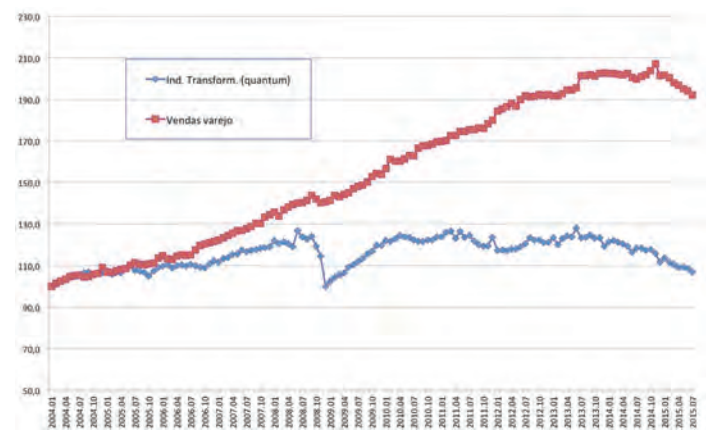
1 Dados do BCB.

Gráfico 1: Contribuição no crescimento do PIB, em %



Fonte: IPEADATA

Gráfico 2: Produção industrial (quantum) e vendas reais no varejo ampliado* (100= 03/2004)



Fonte: IPEADATA (2015). (*) Inclui também as atividades materiais de construção e veículos, motos, partes e peças.

A economia brasileira e a sustentabilidade de

Carlos Aguiar de Medeiros*

Entre 2003 e 2010, o relaxamento da restrição externa e simultânea valorização da taxa real de câmbio viabilizou no país um maior crescimento do PIB com estabilidade dos preços. Com a elevação do salário mínimo, das transferências de renda e expansão do crédito houve substancial expansão da demanda interna, do emprego assalariado e massificação dos padrões de consumo. Após a crise global de 2008, políticas anticíclicas foram introduzidas e o balanço de divisas do setor manufatureiro tornou-se fortemente deficitário. A estratégia assumida em 2010 buscou substituir o gasto público e crédito ao consumo por incentivos ao investimento privado e às exportações através de desvalorizações cambiais, redução da taxa de juros, contenção das tarifas públicas e isenções fiscais ao setor produtivo. Estas políticas resultaram em pressões inflacionárias, redução do crescimento econômico e consequente redução das receitas fiscais. Com o novo governo eleito em 2014 iniciou-se, em meio a uma crise política, um retorno à ortodoxia macroeconômica centrada no corte das despesas fiscais, liberalização das tarifas públicas e aumento da taxa de juros.

O objetivo do presente texto não é examinar esta inflexão e as perspectivas que decorrem desta estratégia – elas geram, como observado em todo lugar, recessão com concentração da renda – mas discutir possíveis alternativas econômicas ao atual *status quo*.

Desde Adam Smith, entende-se o desenvolvimento econômico como a elevação do padrão de vida da maioria da população, o



que supõe uma satisfatória taxa de crescimento do produto per capita e redução da heterogeneidade estrutural (produtiva e social), para usarmos uma expressão tão cara à CEPAL. Devido ao seu tamanho (considerando a população, espaço físico, recursos naturais e diversidade produtiva) qualquer estratégia realista de desenvolvimento no Brasil deve-se assentar na expansão do seu mercado interno como base essencial para o aumento da produtividade e da diversificação produtiva. Poucos países possuem um grande mercado interno, o que faz das exportações a única base para sua diversificação produtiva; o Brasil, ao contrário, pode crescer 'desde dentro' e diversificar a partir daí a estrutura das exportações para produtos com maior conteúdo tecnológico. Afinal, com a ascensão chinesa, os custos do trabalho nas atividades industriais intensivas em trabalho caíram substancialmente e a concorrência na base de uma competitividade baseada em baixos salários tornou-se econômica e politicamente insustentável para economias como a brasileira.

Depois de uma trajetória de industrialização com alta heteroge-

neidade estrutural e baixos salários (dos 1960s aos 1980s), de uma trajetória de desindustrialização, aumento da heterogeneidade e alto desemprego (anos 1990), e uma trajetória de crescimento- com rigidez da estrutura produtiva, mas de elevação dos salários e gastos sociais (última década), é necessária uma estratégia que simultaneamente busque a diversificação produtiva, aumento da produtividade e dos salários reais.

Esta não é uma estratégia que se possa lograr através apenas de políticas macroeconômicas (monetária, fiscais, cambiais). Ela requer planejamento econômico, a principal e mais grave ausência institucional das últimas décadas. A questão central poderia ser resumida assim: como fazer da inclusão social e redução da heterogeneidade estrutural a base para a diversificação produtiva e do crescimento sustentado?

Mesmo o pensamento ortodoxo reconhece, e cada vez mais, a importância do investimento público em infraestrutura como base tanto da inclusão social como do aumento da produtividade, e, com alguma relutância, como política fis-

cal anticíclica. No Brasil, desde os anos 1980, o nível do investimento público cai em relação ao PIB e a modesta recuperação ocorrida em meados da década passada de forma alguma reverteu esta tendência. Ao se situar em torno de apenas 2% do seu PIB, o investimento público não é apenas mais baixo do que na Ásia, que investe na média 6%, mas também que o registrado em outros países do nosso continente. A questão central, do ponto de vista estrutural da economia brasileira, tem sido tanto o nível quanto a qualidade da infraestrutura. O recente crescimento do mercado interno foi desacompanhado de investimentos tanto em infraestrutura econômica quanto na provisão adequada de serviços públicos.

Ampliou-se na última década, para usarmos uma expressão de John Galbraith, um desequilíbrio social, formado pela expansão dos bens privados desacompanhados dos bens e serviços públicos. Embora a oferta destes serviços tivesse crescido na última década, as demandas da população em educação, saúde, habitação e transporte público cresceram num ritmo maior, como ficou dramaticamente evidenciado nas manifestações urbanas de 2013.

Presentemente, o enfrentamento da questão da heterogeneidade estrutural e da pobreza requer aumento dos investimentos em serviços públicos de qualidade. Estes, por sua vez, constituem a base essencial para a elevação do emprego qualificado. Tendo em vista a elevada concentração do trabalho qualificado nos serviços públicos (educação e saúde) e na modernização da infraestrutura, uma expansão simultânea do consumo

e uma estratégia de desenvolvimento inclusivo

popular e dos investimentos públicos é não apenas intensiva em emprego, mas intensiva em trabalho qualificado. Nos países da OCDE (com a exceção do México, que apesar de sua classificação e das suas exportações industriais segue sendo um país subdesenvolvido) elevada fração da massa salarial está no setor público (direta ou indiretamente), e é exatamente por isto que os ajustes fiscais e contração do Estado de Bem-Estar possuem um impacto tão grande sobre a distribuição da renda e na demanda doméstica. No Brasil, nos anos mais recentes, esta é também a realidade; como ademais o setor privado brasileiro contrata pouco trabalho qualificado, a maior parte dos postos qualificados depende da expansão do emprego público.

Devido ao baixo conteúdo importado tanto do consumo popular quanto do consumo do governo, uma estratégia de crescimento com expansão dos investimentos públicos possui baixa demanda de divisas. Entretanto, devido à forte expansão dos componentes importados associados ao investimento privado e ao consumo (sobretudo dos mais ricos), a expansão do mercado interno possui grande vazamento para fora e a sua sustentação requer políticas voltadas tanto à substituição de importações quanto à diversificação exportadora. A composição dos investimentos públicos é também essencial para este propósito, não apenas na provisão de uma melhor infraestrutura física, mas também para viabilizar a elevação da taxa de salários sem comprometer a competitividade externa. Com efeito, há duas formas de elevar o salário real: ou através do aumento dos salá-

rios monetários em relação ao custo de vida, e neste caso dos custos do trabalho para o empregador (se a produtividade crescer a uma taxa inferior), ou através de uma redução do custo de vida. Como este é fortemente influenciado pelo preço da habitação, transporte, tarifas, saúde e educação, o investimento público nestas áreas, visando reduzir os custos e alargar a sua provisão pública ou subsidiada, possui um efeito positivo para o salário real sem pressionar o custo do trabalho. Assim, o investimento público nestas atividades exerce efeito positivo sobre o salário real e a competitividade externa.

Na última década, o país perdeu sua capacidade de planejamento (como notoriamente no setor elétrico) e houve apenas uma modesta expansão do P&D. A brecha tecnológica tem se ampliado. Esta questão tende a se ampliar com a maior articulação das cadeias produtivas nacionais com as internacionais. O grau e a modalidade desta articulação dependem da qualidade da infraestrutura e das políticas industriais que, ao lado da compra de tecnologia e da atração de centros de P&D, geram tecnologias proprietárias e investimentos nas cadeias produtivas nacionais, permitindo ao país deslocar-se na cadeia de valor adicionado.

A questão chave do desenvolvimento econômico é a do encaideamento do sistema produtivo em que a complementaridade entre indústrias cria externalidades e aumento da produtividade. É possível considerar como exemplos alguns polos em que a expansão das compras de governo pode ter um simultâneo efeito sobre as exportações industriais, substituição de im-

portações e salários reais.

O primeiro é formado pela exploração do pré-sal. O desenvolvimento de sua cadeia produtiva a partir do poder de compra da Petrobras constitui oportunidade de modernização e capacitação tecnológica em diversas áreas, tanto em fornecedores especializados em bens de capital como em serviços sofisticados. O poder de compra desta empresa e, de uma forma geral, do governo poderia se afirmar como o núcleo de uma ativa política industrial. O segundo é a Petroquímica: depois de ter construído um importante polo, o país tornou-se fortemente dependente de importações nesta indústria básica, com elevado impacto sobre uma grande cadeia produtiva e sobre o balanço de pagamentos. O terceiro polo é formado pelo complexo da saúde, uma das áreas de maior inovação tecnológica tanto na produção de medicamentos quanto em equipamentos especializados e serviços sofisticados. No Brasil, da farmacêutica aos seus insumos e equipamentos, o déficit externo é crescente. Ao mesmo tempo o país, por meio do SUS, exerce um elevado poder de compra centralizado e influência na estruturação do setor. A política de compras públicas poderia se afirmar como um poderoso núcleo de modernização tecnológica, com alto impacto sobre o emprego qualificado e sobre a distribuição de renda. Como os preços dos remédios são importantes para o custo de vida dos trabalhadores, uma elevação de produtividade em sua produção e consequente barateamento permite elevar salários reais sem elevar o custo do trabalho e reduzir a competitividade.

Presentemente, estas possibilidades encontram-se bloqueadas pela crise política envolvendo as empresas estatais (Petrobras) e pelas restrições fiscais ao gasto público. A política macroeconômica atual exclui qualquer recuperação da capacidade de investimento do Estado através de dívida e financiamento do BNDES. Entretanto, uma política econômica alternativa que de fato considere a importância do investimento público não necessita sequer romper com os princípios macroeconômicos convencionais. Pode-se considerar, como por exemplo, na chamada 'regra de ouro', um arranjo fiscal em que as despesas correntes sejam financiadas por impostos e um aumento de investimentos possa ser financiado por dívida, ou, como já praticado recentemente no Brasil, pela exclusão dos investimentos das estatais das metas fiscais. Devido aos multiplicadores do gasto público, este investimento não necessariamente resultará numa trajetória de crescimento da dívida em relação ao PIB. Se acompanhada por redução na taxa de juros, o efeito global possivelmente será de uma queda nesta relação. Em relação à carga tributária, a questão fundamental no país é a da sua distribuição. Devido à baixa progressividade do imposto de renda no país, uma elevação de impostos incidentes sobre os mais ricos não constitui um peso social ou entrave aos investimentos privados, mas teria possivelmente efeito expansivo e distributivo por meio do seu gasto em bens públicos.

* É professor associado do IE/UFRJ. Concluiu doutorado em Ciência Econômica na Unicamp e pós-doc na Universidade de Cambridge.

Ajuste Fiscal: Política Permanente do Capital Financeiro

Luiz Filgueiras*

O Brasil é um país dependente tecnológica e financeiramente; de um lado, não gera endogenamente, com raras exceções, tecnologia própria e se afasta, cada vez mais, da fronteira da terceira revolução tecnológica. De outro, como todos os demais países periféricos, não tem moeda conversível internacionalmente, o que significa dizer que sua inserção internacional está condicionada ao acesso às moedas dos países centrais (euro e dólar).

A consequência dessa subordinação, do ponto de vista da dinâmica macroeconômica, se ex-

pressa reiteradamente em crises (cambiais) do balanço de pagamento, pressões inflacionárias com ameaça de perda de seu controle e desequilíbrios orçamentários com crescimento da dívida pública. Tudo isso implicando em uma grande vulnerabilidade externa estrutural e uma permanente fragilização financeira do Estado. Essa situação de subordinação, instabilidade e volatilidade da economia brasileira piorou sistematicamente, a partir do seu atual padrão de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia do capital financeiro.

Desde o final do século XX, com a terceira revolução tecnológica e o processo de mundialização

do capital (globalização), sob a hegemonia do capital financeiro, a divisão internacional do trabalho se redefiniu mais uma vez. Os países dependentes foram forçados a abrirem mais ainda suas economias de acordo com os interesses de constituição de cadeias produtivas mundiais por parte das multinacionais e, em sua maioria, cumprem apenas o papel de produtores de matérias-primas. Além disso, foram obrigados a engatarem seus mercados financeiros nacionais, mais ou menos desenvolvidos, ao mercado financeiro internacional – completando, na década de 1990, o processo de globalização financeira iniciado ainda nos anos 1970.

Nessa nova etapa, cresceu mais ainda a dependência dos países periféricos: a dívida pública desses países transformou-se em mecanismo fundamental de acumulação para o capital financeiro internacional, com a subordinação direta dos Estados e governos da periferia. Adicionalmente, as políticas macroeconômicas passaram a ter mais limitações ainda, em virtude da abertura financeira e da chantagem patrocinada pelo capital financeiro – com ameaça de fugas de capitais, crises cambiais, boicotes e sanções internacionais, tendo por apoio as chamadas instituições “multilaterais”: FMI, OMC e Banco Mundial.



Com a hegemonia do capital financeiro, a fixação de metas de inflação próximas a zero, apoiada em elevadas taxas de juros, bem como a implementação de ajustes fiscais tornaram-se políticas macroeconômicas permanentes. Os ajustes fiscais, sempre apoiados na ortodoxia neoclássica, deixaram de ser um episódio passageiro, como no passado, e se transformaram em uma política permanente do capital financeiro e da direita – condição para geração de superávits primários nas contas do governo e o consequente pagamento dos juros da dívida pública. Daí não serem surpresas as baixíssimas taxas de crescimento e as elevadas taxas de desemprego que caracterizam a economia brasileira desde os anos 1980. Tampouco é surpresa o sistemático crescimento das dívidas pública e externa, a deterioração da infraestrutura e a piora dos serviços de saúde e educação ao longo deste mesmo período.

Durante o primeiro Governo Dilma (2011-2014), a economia brasileira entrou numa trajetória oposta a do segundo Governo Lula – ambos condicionados pela natureza estrutural de sua dependência: o seu ritmo desacelerou, as taxas médias de crescimento do PIB reduziram-se drasticamente e a taxa de inflação elevou-se, embora ainda mantendo-se dentro da meta. Apesar disso, a taxa de desemprego caiu, atingindo o seu menor nível histórico. Mas o problema fundamental, que condiciona todos os demais, foi o fato das contas externas do país terem se deteriorado continuamente: com a crise mundial a partir de 2008, a conjuntura favorável reverteu-se, implicando o aumento da vulnerabilidade externa conjuntural do país.

A piora do cenário internacional e a deterioração das contas ex-

ternas implicaram a desvalorização cambial e o aumento da inflação, a desaceleração da economia, a redução da arrecadação tributária, a piora das contas públicas, o contínuo aumento da dívida pública e, aos poucos, o aumento do desemprego. A política econômica ortodoxa, iniciada já em 2014, com a elevação da taxa de juros e cortes nos gastos do governo, agravou enormemente o quadro econômico e político em 2015.

O aumento da inflação não decorre de uma demanda global excessiva; ao contrário, a desaceleração da economia, com o PIB apresentando taxas de crescimento menores (média de 2,1% ao ano nos últimos quatro anos, pífos 0,1% em 2014 e estimativa de queda de 2% este ano), é a evidência que essa demanda caiu. Na verdade, os preços que têm empurrado a inflação para cima são os chamados preços administrados pelo governo, que não têm relação com a demanda, assim como os preços que são influenciados pelo câmbio e os preços influenciados momentaneamente por circunstâncias climáticas. Em nenhum dos casos, a elevação da taxa de juros e os cortes nos gastos do governo têm capacidade de afetá-los diretamente no curto prazo. De fato, o que controla os preços é o câmbio valorizado propiciado pela entrada de capitais estrangeiros de curtíssimo prazo – à custa da elevação da dívida pública e da competitividade internacional da economia brasileira, que estimula o movimento de desindustrialização do país. Daí o processo de reprimarização da economia ter se acentuado nas últimas duas décadas.

Do mesmo modo, não são os gastos primários do governo a razão fundamental do déficit público; em torno da metade do seu montan-

te total se destina ao pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações). Claramente, a razão fundamental da fragilidade financeira do Estado é a dívida pública, que só faz crescer, porque já há muito tempo se descolou e não depende, principalmente, das contas primárias do governo; ela ganhou autonomia, tem um movimento próprio, que amplia o seu montante permanentemente e que está associado à abertura financeira – entrada de capitais estrangeiros especulativos. O ajuste fiscal não tem capacidade de resolver o problema, porque a dívida é recriada permanentemente na relação do governo com os mercados financeiros.

Não se pode deixar-se iludir: o papel do ajuste fiscal não é “sanear” as finanças públicas, como foi no passado, quando o padrão de desenvolvimento era hegemônico pelo capital industrial. Esse tipo de política não tem mais essa função nem capacidade, o seu papel é garantir a transferência permanente de recursos públicos e de renda das atividades produtivas para a especulação financeira, da população em geral para os mais ricos. O ajuste tem, claramente, um caráter de classe: é uma escolha a favor do capital, em especial do capital financeiro, e dos mais ricos; e contra os trabalhadores, em especial seus segmentos mais fragilizados.

A alternativa necessária a esse estado de coisas, ainda dentro da ordem capitalista e de uma condição de país dependente, exige a inversão da lógica do ajuste fiscal, com a aglutinação e mobilização das forças sociais adormecidas cujos interesses se chocam com essa política. A correlação de forças não é favorável nem tampouco o Governo Dilma está disposto a alterar a sua política econômica; mas a afirmação e divulgação dessa alternativa são essenciais para se acumular força polí-

tica e desmistificar o que está sendo implementado como sendo o único caminho possível.

O eixo fundamental dessa ação defensiva deve ser combater a inflação e a fragilidade financeira do Estado com aumento da produção, penalização do capital financeiro e sinalização da implementação de reformas, com a adoção, entre outras, das seguintes medidas imediatas: controle do fluxo de capitais estrangeiros e, por extensão, do câmbio; redução da taxa de juros e abandono da meta de superávit fiscal primário – reduzindo o crescimento da dívida pública e redirecionando os recursos para obras públicas de extrema importância (saneamento básico, habitação popular e mobilidade urbana) e o financiamento da agricultura familiar; e, no âmbito tributário, elevação da taxa sobre as operações financeiras, aumento do imposto sobre herança, regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas inscrito na Constituição desde 1988, e alteração do imposto de renda com a criação de mais alíquotas que de fato o tornem progressivo. Adicionalmente, deve-se retomar o controle sobre os bancos públicos, resgatar o papel estratégico da Petrobrás como agente do desenvolvimento e caminhar para a efetivação de uma reforma tributária e da auditoria da dívida pública.

Mas, mesmo com a implementação dessas políticas alternativas, não se pode ignorar que a ruptura com a dependência é a condição estrutural para que conjunturas semelhantes não se repitam reiteradamente no futuro.

* É professor titular da Faculdade de Economia da UFBA, autor do livro *História do Plano Real* e coautor, com Reinaldo Gonçalves, do livro *A Economia Política do Governo Lula*.

Economia brasileira: cansei de ilusões



Marcelo Paixão*

Dia 24 de junho de 2002. Uma tarde abafada em Brasília. Centenas de sindicalistas e dirigentes de outros movimentos sociais se comprimem no Auditório Nereu Ramos, no Senado Federal, em Brasília. Após certa espera, um senhor de cabelos e barbas já grisalhos aparece e é festivamente aclamado. Na sequência a plateia é silenciada e este, que viria ser futuro presidente do Brasil, começa a ler um documento que se comprovaria histórico: *Carta ao Povo Brasileiro*.

Neste texto estava escrito que não se fariam rupturas ou guinadas bruscas na economia brasileira. De fato, ao final daquele ano o dólar estaria perto dos R\$ 4. Não somente a economia brasileira era considerada de alto risco, como o candidato de oposição, favorito às eleições presidenciais de 2002, era tido como uma pessoa deveras inconfiável ao sistema financeiro.

De forma um tanto anedótica, o Brasil é conhecido por seu sistema político no qual os candidatos prometem e não cumprem os compromissos que assumem. Entretanto, neste caso específico, o então partido da oposição não se adequou ao figurino. Desde 2003 o país cumpriria como um denodado aluno todas as medidas necessárias a se tornar confiável aos olhos dos investidores: corte de gastos públicos, política monetária ortodoxa e régia observação dos compromissos perante o sistema financeiro internacional.

Mesmo que raramente se reconheça, o partido que chegara ao poder dava fundamentalmen-

te sequência ao modelo já articulado entre o período de 1995-2002. Talvez nem tanto no plano das políticas macroeconômicas de estilo ortodoxo. Sabemos que, quando pôde (2008-2014), o atual governo passou a operar de forma diferente, com teor mais francamente desenvolvimentista. Mas, sim, pelo fato de ambos os arranjos de força liderados, respectivamente, pelo PSDB e PT serem guiados por uma mesma concepção sobre o motor dinâmico do desenvolvimento econômico do país. Ou seja, tanto um, como outro partido avaliam que a retomada do crescimento econômico passa pela consolidação do modelo associado, periférico e dependente que tradicionalmente caracteriza os vínculos da economia brasileira em relação ao mundo desenvolvido. Já desde longa data esta é a economia política do debate. E, talvez, de nossos sucessivos fracassos.

O antigo presidente FHC talvez tenha sido muito rígido consigo mesmo quando pediu aos seus leitores para que esquecessem o que um dia escrevera. Na sua versão da teoria da dependência dos anos 1970, a economia brasileira conseguira evitar o colapso estrutural previsto por autores mais céticos (Celso Furtado, isto fora a esquerda mais radical da época) justamente por ter se associado de forma dependente e periférica com o capital privado internacional. Com isto, mesmo com a ausência de reformas estruturais, tais como preconizadas na campanha pelas Reformas de Base, o Brasil pôde apresentar elevadas taxas de crescimento econômico, na-

queles idos comandados pelos investimentos produtivos. Após os impasses dos anos 1980, que lançaram o país na velha dúvida sobre sua vocação para o progresso, a velha teoria voltaria com uma roupa nova. O crescimento seguiria se dando de forma dependente, porém, desta vez, sob a hegemonia do capital financeiro globalizado. Com isto, a inflação seria estabilizada, o país voltaria a receber recursos externos, o conflito distributivo seria de algum modo equacionado (pela via do fim do imposto inflacionário somado ao sufocamento da ação dos sindicatos de trabalhadores) e o país voltaria a apresentar taxas de crescimento compatíveis, ao menos com o crescimento de sua população. Foi esta, podemos dizer, fundamentalmente a concepção de fundo do Plano Real.

O resultado desta ilusão é conhecido. Se por um lado a política econômica de Malan foi capaz de manter a inflação sob controle, por outro, não teve o mesmo sucesso no que tange ao crescimento da economia. Com isto o tempo de FHC na presidência (1995-2002) se caracterizou como um melancólico período de PIB per capita fundamentalmente estagnado. O arranjo de forças liderado pelo PT trouxe consigo muitos sonhos e esperanças. Mas, no que tange à sua leitura sobre a retomada do crescimento econômico, acabaria preservando muitos aspectos da concepção política anterior.

O antigo campo de forças chefiado pelo PSDB governou sem legitimidade ou força junto aos movimentos sociais. Já o PT

busca representar a classe trabalhadora organizada em sindicatos, determinados segmentos de setores médios e, com o tempo, aquele amplo contingente à margem do mercado formal de trabalho do campo e da cidade. E como tal buscou executar uma agenda em prol destes segmentos: valorização do salário mínimo, transferências governamentais de rendimentos aos mais pobres, expansão do crédito às famílias e, de algum modo, expansão dos programas de apoio à agricultura familiar. Ademais, sob a chance de um governo aliado (e, talvez até mesmo por este motivo, com uma classe patronal mais disposta ao diálogo), os sindicatos puderam se mover com mais ousadia no período 2003-2014. Com isto, no geral, estas categorias vieram conseguindo aumentos reais de salários. Não se pode dizer que tais medidas não tenham tido algum efeito sobre a economia brasileira como um todo.

Olhando o mundo social brasileiro entre os anos de 2009 e 2010, parece que tínhamos alcançado uma espécie de paraíso tropical: razoáveis taxas de crescimento (superiores a 4%, considerando o período Lula II), redistribuição de renda dos setores médios e médios-altos para os estratos inferiores (expresso na redução do Coeficiente de Gini), inflação sob controle, consumo das famílias e mercado interno em alta, ascensão simbólica dos setores mais pobres da população, especialmente através da aquisição de bens duráveis, expansão das universidades e ações afirmativas. E tudo isto com a economia dos países mais ricos vivendo uma imensa crise e em plena vigência das instituições democráticas, fato último este não apenas raro, mas inédito

na história republicana brasileira. Porém, tal como na lavra do famoso escritor, nunca é sereno o curso do verdadeiro amor. E, assim, mais uma vez as ilusões cobrarão seu preço.

No plano externo a paulatina transformação da China como nosso principal parceiro comercial teve como sequele um processo de reprimarização da economia brasileira e sua maior exposição aos choques derivados do já esperado movimento cíclico do mercado de commodities. Os investimentos diretos voltados à ampliação da capacidade produtiva do país jamais deixaram de competir com os realizados com objetivos puramente especulativos, isto fora o fato de nunca terem se articulado de modo coerente aos objetivos de ampliação da infraestrutura tal como sonhado pelo governo petista, vide os impasses do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Mesmo com algumas oscilações, as políticas de juros praticadas desde o começo do Real (e fundamentalmente mantidas durante o regime petista) acarretaram a ampliação da participação do sistema financeiro na riqueza nacional. O aumento do poder de compra das famílias de menor poder aquisitivo não implicou conquistas sociais permanentes e duradouras, tais como a superação dos gargalos na infraestrutura e na qualidade dos serviços públicos. Os indicadores do mercado de trabalho, aparentemente róseos (ao menos em termos da renda média do trabalho, formalização e taxa de desemprego), igualmente ocultavam sérios problemas relacionados à perda dos empregos industriais e ao avanço das atividades de serviço de baixo dinamismo. As desencontradas políticas fis-

cais e monetárias do período Dilma I viriam a gerar, anos depois, uma aberrante combinação entre déficit operacional das contas públicas, inflação e recessão.

O momento atual vem sendo marcado por uma virtual desistência do governo Dilma II em seguir mantendo a lógica desenvolvimentista que caracterizou seu primeiro mandato. Ou antes, previda pela crise, as atuais opções de política macroeconômica vêm se revelando progressivamente conservadoras. Isto a fez perder o apoio dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que problemas políticos outros (incluindo os escândalos de corrupção) a levaram à perda de sua base de apoio junto à sociedade como um todo, assim como no Congresso Nacional. Assim, podemos dizer que a crise econômica vem alimentando a crise política. E vice-versa.

Naquele distante 24 de junho, o autor destas linhas esteve pessoalmente presente na leitura do texto do então opositor Luiz Inácio Lula da Silva. Mesmo desconcertado, tinha noção de estar testemunhando um momento histórico. Mas, enfim, assumir um determinado fato como histórico não necessariamente significa uma coisa boa.

O fato é que depois de quase 16 anos governados pela esquerda, o Brasil é um país que ainda não tributa as maiores fortunas e as heranças. Que segue transferindo volumosos recursos para o sistema financeiro através dos pagamentos da dívida pública e dos elevados juros que a remuneram. Que possui uma estrutura tributária e fundiária retrógrada e ineficiente. Que acompanha impassível a morte de dezenas de milhares de brasileiros (a maioria jovens, pobres e afrodescendentes) por conta

de um sistema policial e judiciário corrupto e violento. A sério jamais fez investimentos adequados no sistema educativo, ou quando o fez, o realizou levando em conta os interesses do setor privado. O mesmo ocorreu na área da saúde, gerenciada segundo a lógica dos planos particulares.

Cadê aqueles arranjos de forças, que uma vez à frente de prefeituras e governos estaduais, eram campeões das soluções inteligentes e criativas para os problemas enfrentados? Por que se abriu mão tão precocemente de um programa político alternativo minimamente transformador, que lograsse ir além da mera cidadania de mercado? Por que os custos da crise atual precisam incidir apenas sobre assalariados, pobres e afrodescendentes?

Sobre a economia brasileira, enfim, tal como no título da composição de Tito Madi: cansei de ilusões.

Diante de um tempo no qual os capitais que percorrem o planeta se tornaram progressivamente autônomos em relação às decisões dos Estados nacionais, talvez não passe de delírio imaginarmos uma pauta ambiciosa e arrojada de mudança completa dos rumos do país em termos econômicos. Porém, se devemos mesmo descartar as ilusões, que o façamos de forma completa. Pois, definitivamente, o modelo de se tentar fazer os omeletes sem enfrentarmos as antigas e novas mazelas nacionais comprovou não estar dando os melhores resultados. E com isto nos preparamos para enfrentar, pelo quarto decênio seguido, mais uma década perdida.

* É professor licenciado do IE-UFRJ. Atualmente é docente da Universidade do Texas, Austin (EUA).

Um Nó Monumental



Fernando J. Cardim de Carvalho*

Em uma dramática reviravolta, que parece ter surpreendido seus eleitores até mais do que os analistas políticos, a presidente Rousseff, ao ser reeleita, ao final de 2014, anunciou a decisão de implementar um programa de austeridade fiscal em linhas que até então tinha combatido, muitas vezes acerbamente. A seriedade da intenção de aplicar políticas de controle foi ilustrada pela nomeação do antigo secretário do Tesouro de Antonio Pallocci, Joaquim Levy, à época conhecido como o mais ferrenho defensor da disciplina fiscal. A presidente pareceu adotar um discurso ambíguo, em que o período de austeridade que prometeu apareceu como uma transição, ainda que não claro entre o que e para onde. Essa postura ambígua foi mantida desde então, tornando-se particularmente notável a autofiliação da presidente a uma corrente de pensamento dita “confucionista”, definida pelo nem contra, nem a favor, muito pelo contrário.

O intuito da observação acima, no entanto, não é de ironizar a conhecida dificuldade de expressão da presidente. Ao contrário, o que se busca é enfatizar uma das grandes dificulda-

des do momento político que se abriu em finais de 2014, que é a incapacidade do poder executivo, sempre fundamental em um regime presidencialista, de apontar caminhos e formular estratégias que permitam aos agentes econômicos tomá-los como parâmetros nos seus próprios processos de decisão. O governo, apesar de ter vencido a eleição presidencial de 2014 de modo claro e decisivo, ainda que por margem relativamente reduzida, mergulhou em uma crise política da qual não parece ter forças para sair. A crise política que se abriu desde então aprofundou ainda mais as dificuldades que já se faziam sentir na condução da economia, fazendo com que cheguemos ao final de 2015 submersos na mais profunda incerteza experimentada em muitos anos.

Algumas observações preliminares devem ser feitas antes de prosseguir com este exame. Em primeiro lugar, há uma clara relação entre as políticas anunciadas de contração fiscal a partir de dezembro de 2014 e o nível de atividade. O governo pareceu apostar na possibilidade de conseguir uma contração_expansiva, ideia cujos pais já renegaram publicamente há algum tempo. Nem mesmo candidatos óbvios a ter passado por essa experiência, como a Itália, por razões até similares às do Brasil, realmente a experimentaram. Quando o governo imposto pela Comissão Europeia aos italianos após a renúncia forçada de Berlusconi adotou políticas contracionistas, aconteceu o que não deveria surpreender

a ninguém: a economia se contraiu. Quanto àqueles casos que autores como Alesina e associados tornaram exemplos de efeitos positivos da austeridade fiscal, como a Irlanda e alguns escandinavos, já foram “desmascarados” por economistas do FMI (pois é, do FMI!) e foram objeto de auto-crítica por alguns de seus participantes, como, notavelmente, Roberto Perotti.

É discutível, e tem sido contestado por alguns economistas, que a política econômica aplicada pelo governo desde janeiro de 2015 tenha sido realmente contracionista. Alegam muitos que os planos anunciados não foram realmente implementados, seja por incapacidade do próprio governo de dar seguimento ao que anuncia, por falta de coerência interna e apoio político de sua base, seja pela relutância do Congresso em aceitar passar medidas impopulares. Esse argumento é, pelo menos em parte, verdadeiro, mas despreza dois pontos importantes. Em primeiro lugar, o anúncio de uma estratégia contracionista pelo governo exerce, por si mesmo, uma influência contracionista sobre o comportamento privado. Agentes privados sabem que, mesmo que não consigam implementar seus objetivos em um primeiro momento, o governo continuará tentando, especialmente em situações em que não veja alternativa à adoção dessas políticas. Não é preciso esperar pelo eventual sucesso do governo em implementar a austeridade se essa é sua intenção manifesta.

O segundo ponto que não pode ser desprezado é que um governo incapaz de implementar a estratégia que deseja é fatalmente levado a implementar alternati-

vas, provavelmente muito menos eficientes, de controle. Assim, vê-se, por exemplo, que as despesas de consumo do governo, segundo o Ipeadata, caíram já a partir do final de 2014 (apesar de uma pequena recuperação já no segundo trimestre de 2015, última informação disponível), provavelmente através de contingenciamentos e outras formas particularmente distorcidas de controle.

Assim, a grave queda do PIB esperada para 2015, e que deve continuar por 2016, segundo a maioria dos analistas, está muito provavelmente relacionada à austeridade, ainda que irracional e mal aplicada, que o governo anunciou buscar para o futuro imediato.

Dito isso, é preciso também reconhecer que a política econômica já não vinha funcionando desde meados de 2013. O PIB brasileiro estagnou-se muito antes de qualquer sugestão de que o governo federal viesse a eventualmente perseguir objetivos de austeridade fiscal. Do segundo trimestre de 2013 ao segundo de 2014, o PIB manteve-se basicamente o mesmo, e a partir daí começou a cair, mais lentamente de início e depois aceleradamente. Apenas o final desse período tem a ver com austeridade. O anterior se explica pela adoção de políticas que o governo anunciava como sendo de estímulo à atividade, mas cujos resultados eram, numa avaliação generosa, pífios. A distribuição de favores, a proliferação de decisões *ad hoc*, a ampla manipulação das regras de contabilidade pública, a intervenção mal-planejada em áreas como a precificação de serviços públicos. Com relação a esta última, um ministro tido como muito próxi-

mo da presidente, com formação em Economia, chegou a declarar que a manipulação de preços de serviços públicos era exatamente o que significava a expressão “preços administrados”!

Em outras palavras, o ativismo macroeconômico do governo, na falta de uma expressão mais adequada, não mostrou resultados. Um trabalho do ministro Nelson Barbosa, que acaba de ser publicado da Revista de Economia Política, mas escrito bem antes de sua nomeação, observa que as autoridades sabiam desde 2012 que as chances de continuar surfando a prosperidade criada pelas exportações de matérias-primas para a China tinham se esgotado. O governo levou, porém, dois anos para formular qualquer política alternativa, e quando o fez já não tinha mais nada a oferecer senão a austeridade.

Não é possível entender o que se passa em 2015, contudo, abstraído-se da crise política iniciada logo depois da reeleição da presidente. Com o governo já envolvido e paralisado pela divulgação quase diária de escândalos de corrupção, após sua reeleição a presidente parece ter optado pela formação de um ministério que lhe garantisse alguma segurança contra eventuais propostas de interrupção prematura de seu mandato. O insucesso que teve nessa escolha manifesta-se claramente no fato de que, dez meses depois, a presidente volta a anunciar reformas de ministério onde seu objetivo continua a ser bloquear iniciativas parlamentares de promover um impeachment. À incerteza que dominava a economia a respeito das intenções da presidente (vale lembrar, sempre fundamentais em

um regime presidencialista) soma-se a incerteza com relação à sua própria capacidade de sobrevivência no cargo.

Essa superposição e esse entrelaçamento de uma crise política com dificuldades econômicas que se tornaram mais evidentes a cada momento torna qualquer previsão extremamente difícil, não apenas para analistas, como também para agentes privados. Em um quadro como esse, agravado, ainda por cima, por problemas externos, como a desaceleração chinesa, que se mostra mais complicada do que se imaginava inicialmente, a saída da crise econômica passa a depender crucialmente da saída da crise política, sobre a qual atuam forças muito mais difíceis de mapeamento, especialmente quando esta última se entrelaça também com processos criminais.

O Brasil, naturalmente, vai sobreviver a isso, como já sobreviveu a outros períodos de política econômica mal formulada, instabilidade política, governos desorientados, pressões externas etc. Poucas vezes, no entanto, todos esses, além de outros, estiveram presentes ao mesmo tempo. Por outro lado, a importância da crise política neste quadro torna muito dramática a percepção de que a titular do poder executivo conta com uma influência política pessoal efetiva muito reduzida, tornando-a dependente do endosso de outros líderes para sobreviver. Em um quadro assim, estar certo que uma saída será eventualmente encontrada, reconheço voluntariamente, é pobre consolo.

* Professor emérito da UFRJ e *senior research scholar* do Levy Economics Institute, Bard College (EUA).

Somos cigarras e pouco formigas

Claudio Salvadori Dedecca*

Não sei se a crise atual é a pior de todas as ocorridas durante o período republicano. Mas ao menos duas de suas características explicitam o quanto ela é grave.

A primeira refere-se à ocorrência concomitante de uma crise política e uma crise econômica, agravada pela crise internacional. Creio que desde 1963 um processo com esta característica não era observado. No campo político, é evidente o esgotamento de um padrão de governança que se transformou o presidencialismo de coalizão em presidencialismo de balcão. Os acordos políticos atuais se resumem à realização de negócios.

No econômico, a crise apresenta ao menos dois aspectos graves. De um lado, fim de um padrão de crescimento moderado dinamizado pelo consumo, cuja sobrevivência foi estendida ao máximo pelo primeiro Governo Dilma. De outro, a desestruturação do principal vetor de investimento historicamente observado no país, o constituído pelo setor produtivo estatal. A lambança a que foi submetida a Petrobras extrapola o problema grave de corrupção instalada na empresa, pois quebrou a principal referência da organização do padrão de investimento produtivo e tecnológico do país. A crise econômica interna é exacerbada pela crise internacional, imposta pela instabilidade e incerteza observada nos diversos mercados.

A segunda vincula-se ao fato da crise interna atual ser um problema anunciado, ao menos, desde 2012, sem que o Governo se movesse ordenadamente para enfrentá-lo. O pouco esforço do



Governo para tratar de uma crise anunciada ficou evidente quando, mal terminado o segundo turno, ele anunciou medidas econômicas que, além de evidenciarem uma falta completa de sentido estratégico, não guardavam qualquer relação com a trajetória do Governo no período 2011-2014.

Neste sentido, fomos fundamentalmente cigarras, quando precisávamos ser formigas a partir de 2012.

Desde 2011, as expectativas de crescimento anual sempre foram inicialmente favoráveis. Contudo, elas foram sendo desconstruídas ao longo do primeiro semestre de cada ano. Considerando este cenário, o Governo foi tomando, de modo desesperado, iniciativas para sustentar algum crescimento, através da ampliação do crédito, da adoção desordenada de desonerações fiscais e da manutenção do investimento sem estratégia e organicidade. A partir de 2012, os indicadores de produção, emprego e renda passaram a mostrar uma deterioração recorrente, movimento sintetizado pelo estancamento das reduções da desigualdade de renda corrente e da pobreza de natureza monetária.

Tornava-se evidente que a continuidade do crescimento dependia da capacidade do país transitar de um padrão sustentado pelo consumo para um alicerçado no investimento. Isto é, o futuro econômico e social do país vinculava-se progressivamente à sua capacidade de pensar e agir estrategicamente em relação ao seu futuro. No lugar do Governo concentrar seus esforços na definição e pactuação de um bloco estratégico de investimento, no estilo do II Plano de Desenvolvimento Nacional, ele se rendeu ao discurso fácil e às migalhas de um crescimento que se mostrava exaurido.

O efeito desta postura de cigarra do Governo, chancelada pelos diversos segmentos da sociedade, foi uma progressiva deterioração de sua situação fiscal, que foi reduzindo o grau de liberdade para a construção de uma estratégia de médio e longo prazo para o crescimento, conduzindo a política pública ao progressivo aprisionamento ao manejo dos instrumentos de política econômica de curto prazo (fiscal, monetária e cambial).

Neste aspecto, o comportamento do Governo Dilma reproduziu igual conduta realizada pelo Governo Fernando Henrique em 1996-1998. Em ambas as situações, o comportamento acomodado às vantagens de um crescimento que se exauria, que resultou no aprisionamento econômico dos Governos, seguido de uma brutal desvalorização do Real, de uma elevação abrupta da taxa de juros visando impedir uma crise cambial e de uma aceleração do processo inflacionário.

Não parece ser razoável esperar uma resposta mais consistente do Governo e menos ainda dos partidos políticos, que indistintamen-

te se pautam pelo comportamento oportunista visando vantagens políticas imediatas.

Considerando a complexidade da crise e o comportamento totalmente atabalhado do Governo nos campos econômico e político, a superação da situação de constrangimento parece depender fundamentalmente da melhora do cenário externo. Isto é, da reativação das máquinas de crescimento americana e chinesa, da elevação do preço internacional das commodities, em especial do petróleo, e da manutenção do comportamento moderado do FED na condução da taxa de juros básica dos EUA.

Caso venham a ocorrer, os menores constrangimentos externos poderão restabelecer algum grau de liberdade na condução da política econômica interna, cujos resultados dependerão da capacidade do Governo em se aproveitar estrategicamente destas pequenas vantagens. Enquanto isto, será preciso trabalhar pelo estabelecimento de um novo pacto político de natureza democrática, que permita governança econômica e social adequada e que reabra a perspectiva para o país pensar e pactuar sua trajetória futura.

Mesmo que estes resultados sejam alcançados, é indiscutível que o atual Governo Dilma, conseguindo encerrar seu mandato, carregará a marca da mediocridade política e econômica. Este fato não deve ser considerado como inédito em nossa história. Porém deve ser visto como lastimável, pois encerra uma das poucas esperanças de transformação real econômica, social e política que o país teve no período republicano.

* É professor titular de Economia Social e do Trabalho da Unicamp.

Há alternativas para a crise econômica brasileira?

Marcelo Dias Carcanholo*

Talvez o único consenso que existe entre o governo e boa parte da oposição é que, do ponto de vista econômico, não há alternativas para combater a crise econômica brasileira a não ser o ajuste fiscal.

Começemos admitindo que o ajuste fiscal seja necessário. Do ponto de vista meramente lógico, há duas formas de implementar um ajuste fiscal: (i) elevar receitas e/ou (ii) reduzir despesas. A primeira forma gera muita controvérsia também em razão do conflito distributivo que isso pode provocar/aprofundar. O que é mais lamentável na atual conjuntura é que o conflito distributivo que se procura debater é o existente entre o setor privado e o setor público, revivendo o velho e desgastado argumento da equivalência ricar-

diana. O que pouco se discute é o conflito distributivo que, de fato, importa, o de classes sociais. Uma boa forma de elevar as receitas do Estado seria elevar a tributação dos setores historicamente mais privilegiados no país (tributação sobre heranças e grandes fortunas, taxação sobre lucros e dividendos, etc.), mas o que se preferiu foi “democratizar” o ajuste.

A forma mais clássica de aplicar um ajuste fiscal, entretanto, é reduzindo as despesas do Estado. O que salta aos olhos de qualquer indivíduo que não se assuste com os argumentos pseudotécnicos é que toda a discussão recai sobre como compor a redução dos gastos estatais estritamente do ponto de vista das despesas não financeiras (gastos estatais com custeio e investimento, gastos sociais, funcionalismo, etc.). Sobre as despesas financeiras (basicamente o

pagamento do serviço da dívida pública) não se discute. Ao contrário, a prática tem sido a de aprofundar o ajuste nas despesas não financeiras justamente porque os gastos com serviço da dívida pública crescem fortemente.

Mas o ajuste fiscal é mesmo necessário?

Por um lado, assim como em outras partes, o governo brasileiro procurou responder aos impactos da crise mundial na economia doméstica fornecendo liquidez aos mercados financeiros. Para tanto, viu-se na necessidade, até para financiar essa atuação, de expandir a dívida pública. Por outro lado, a elevação das taxas de juros – presumidamente para combater a inflação e aliviar a pressão da instabilidade no mercado cambial – aumentou o pagamento dos juros atrelados a um estoque de dívida também crescente. Isto já nos dá uma ideia de alternativa de política econômica distinta da que parece ser consensual. O não questionamento das despesas financeiras (serviço e estoque) não se definiu, portanto, por questões técnicas, como se alardeia. A única explicação para isso são os compromissos políticos e de classe do atual governo.

Mas, ainda que com outra natureza, o ajuste fiscal é mesmo necessário? Não. Ele se tornou necessário em função da estratégia de desenvolvimento (neo)liberal que foi mantida e aprofundada. As reformas liberalizantes (abertura, desregulamentação e privatizações, ainda que com outras nomenclaturas) aprofundaram a dependência da economia brasileira frente aos movimentos da economia mundial, isto é, a sua



vulnerabilidade externa. Isto implica a redução da autonomia de política econômica. No momento em que se acirra a crise mundial, os problemas de estrangulamento externo se agravam, definindo um piso mais elevado para as taxas domésticas de juros. Como as despesas financeiras são consideradas intocáveis, a variável de ajuste passa a ser o gasto não financeiro; daí o ajuste fiscal nos moldes atuais.

A conclusão é que uma resposta alternativa para combater a atual crise econômica requer outra estratégia de desenvolvimento, não liberal. Tanto menores seriam os custos de enfrentamento quanto antes ela tivesse sido adotada. Por que não o foi, nem durante o cenário externo favorável? Compromissos políticos e de classe. No momento da crise, eles apenas se explicitam.

* É presidente da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA), professor associado da Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF) e professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST).



Obituário

João Paulo de Almeida Magalhães

O professor João Paulo de Almeida Magalhães foi uma referência ímpar na história do pensamento econômico brasileiro e na formação econômica do país. Em mais de seis décadas, participou dos debates sobre o processo de desenvolvimento brasileiro e deu importantes contribuições nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (divulgação de ideias, assessoria, consultorias, direção de organizações etc.).

Em 1953, após a conclusão do doutorado na Universidade de Paris, JPAM retornou ao Brasil como especialista em desenvolvimento econômico. Nesse campo, desempenhou não somente atividades intelectuais e acadêmicas como também realizou trabalhos de consultoria ao setor privado, assessoria governamental e direção de organizações não governamentais. JPAM foi livre docente pela USP e professor titular da UFRJ

e Uerj e escreveu mais de duas dezenas de livros. Logo após a sua chegada ao Brasil foi publicada a *Teoria Moderna do Crescimento Econômico e o Problema do Desenvolvimento* (1954). O engajamento de JPAM na vida universitária o levou a escrever dois manuais de Economia que foram muito usados nos cursos de graduação no país nos anos 1970-80.

As contribuições de JPAM em qualquer área foram marcadas por balanços notáveis entre temperança e profundidade, firmeza e elegância, prudência e precisão, e firmeza e humildade. Nas últimas duas décadas, a contribuição de JPAM se intensificou com inúmeros livros e trabalhos, como *Crescimento Clássico e Crescimento Retardatário* (2013).

As atividades profissionais de JPAM transcenderam o campo acadêmico. Além da extensa consultoria na área do desenvol-

vimento econômico, JPAM assessorou organizações como CNI, CNC, Firjan, OEA e Ipea. Foi economista-chefe do Núcleo de Planejamento do Governo Jânio Quadros, presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro e presidente e conselheiro do Corecon-RJ.

Em mais de seis décadas de atividades profissionais, JPAM recebeu muitas homenagens, como a realizada no XXI Congresso Brasileiro de Economia, em Curitiba, alguns dias antes de seu falecimento.

JPAM conquistou o respeito de um número extraordinário de economistas com diferentes visões de mundo. Ele é igualmente admirado por economistas das escolas keynesiana, monetarista, neoclássica e marxista. É muito difícil encontrar um intelectual e analista na área de Economia no Brasil que seja consensualmente respeitado



em todo o espectro científico e político dos economistas. A principal explicação para esse raro fenômeno está na consistência e linearidade das análises e posicionamentos de JPAM ao longo de seis décadas.

JPAM faleceu no dia 17 de setembro. Mais ainda do que a perda do intelectual brilhante, nós, do Corecon-RJ, lamentamos a partida do amigo querido, mas nos reconfortamos na certeza de que JPAM viveu a vida em sua plenitude.

Eleições 2015

O Corecon-RJ realizará em 27 e 28 de outubro eleições para renovação do 3º terço de conselheiros, da seguinte forma: três conselheiros regionais efetivos, três conselheiros regionais suplentes; um delegado eleitor efetivo; um delegado eleitor suplente, presidente e vice-presidente. Os nomes indicados para estes dois últimos cargos serão submetidos ao plenário conforme consta no Regimento Interno, art. 11 letra "a" e art. 15, §1º do Capítulo III.

A votação será feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, com início no dia 27 de outubro às 8h e término no dia 28 de outubro às 20h. Para votar, o eleitor deverá acessar o sítio eletrônico exclusivo para receber os votos, no endereço <https://www.corecon-rj.com.br>, e seguir as seguintes instruções:

- 1) Clique em "Criar Senha";
- 2) Digite o número do seu registro. Não é necessário digitar o zero à esquerda do número do registro. Não utilize ponto ou espaços;
- 3) Digite a sua data de nascimento no formato DD/MM/AAAA;
- 4) Crie uma senha. A senha deverá conter, no mínimo, 5 dígitos;
- 5) Confirme sua senha;
- 6) Após todos os campos serem preenchidos, clique em "Criar". Deve apa-

recer a mensagem: "Senha criada com sucesso"

- 7) Clique em "Retornar" para o sistema voltar à tela inicial.
- 8) Clique em "Entrar";
- 9) Digite o número do seu registro. Não é necessário preencher o número do registro com zero à esquerda, não utilize ponto ou espaços;
- 10) Digite a senha criada;
- 11) Clique em "Entrar";
- 12) Após aberta a página de votação, você poderá votar na chapa registrada, anular ou votar em branco;
- 13) Clique em "Confirmar Escolha" para finalizar a votação.

Será exibido o comprovante de votação, que poderá ser impresso neste momento ou posteriormente.

Estão aptos a votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho e quites com suas anuidades ou com o parcelamento dos débitos, até 21/10/15, bem como os registrados na condição de remido.

O Corecon-RJ disponibilizará das 9 às 18h um computador conectado à internet em condições de recepcionar os votos dos eleitores que se dirigirem à sede para votar. As dúvidas poderão ser sanadas com a funcionária Paula Araújo, no telefone 2103-0105, durante este mesmo horário.